

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Nome: _____;

Nacionalidade: _____; Estado Civil: _____; Nascimento: __/__/____;

Profissão: _____; CPF / CNPJ: _____;

Identidade nº: _____; Expedida por: _____; E-mail: _____

Endereço: _____;

Bairro: _____; Município: _____; Tel(s): _____;

DECLARA, sob as penas da Lei (responsabilidade civil e criminal), para fins de fazer prova junto ao Cartório do ____ Ofício de São Gonçalo/RJ, objetivando a obtenção do benefício da gratuidade de custas e emolumentos cartoriais, QUE:

(1) Ter ciência de que o valor dos emolumentos para o serviço solicitado é R\$_____.

(2) Se enquadrar no conceito de juridicamente necessitado(a), por não gozar de situação econômica que lhe permita arcar com o pagamento dos emolumentos pertinentes sem prejuízo do sustento próprio ou da família, **estando ciente da previsão legal de responsabilidade penal e civil, esta relativa ao pagamento até o décuplo das custas e emolumentos devidos, provada a não veracidade da declaração que ora faz;**

(3) Seus rendimentos mensais, em média, são de: R\$_____. A renda mensal total da sua família (TODOS que moram sob o mesmo teto), em média, é de R\$_____. Comprovando e justificando tal declaração com o(s) seguinte(s) documento(s): _____;

(4) **Os valores acima indicados são sua única renda.**

E sendo assim, requer a gratuidade para o(s) seguinte(s) ato(s) cartorário(s), nos termos da fundamentação abaixo, **declarando mais, QUE SÃO TODOS OS PRÓPRIOS INTERESSADOS NA PRÁTICA DO(S) MESMO(S): () SIM () NÃO**

Natureza e Especificação do(s) ato(s) ora solicitado(s): (Informar a Quantidade de Atos - ____)

(Exemplos: Escritura pública, procuração, registro, averbação, reconhecimento de firma, certidão, etc...)

Finalidade do(s) ato(s): _____;

Caso o pedido acima não seja acolhido, () requeiro – () não requeiro – suscitação de dúvida ao Juiz no prazo de 15 dias (art. 198, LRP), valendo silêncio como concordância exigências formuladas pelo Tabelião.

Nestes Termos, Declara e Pede Deferimento. São Gonçalo, ____/____/_____.

ESCLARECIMENTOS:

1. Possui imóvel próprio: () SIM () NÃO. Se sim, quantos: _____
2. Possui veículo próprio: () SIM () NÃO. Se sim, quantos: _____
Marca/modelo/ano: _____
3. Recebe auxílio assistencial do Governo (ex.: bolsa família)? () SIM () NÃO. Se sim, qual é o valor? _____
4. Mora de aluguel: () SIM () NÃO. Se sim, qual valor: _____
5. É sócio de alguma sociedade? () SIM () NÃO. Se sim, informe o CNPJ: _____
6. Já teve o pedido de gratuidade negado por outro cartório? () SIM () NÃO. Se sim, por qual cartório? _____
7. Alguma outra informação relevante, que queira informar: _____

8. Declaro ter ciência do teor do Código Penal Brasileiro sobre o crime de falsidade ideológica: “Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. **Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa, se o documento é particular.**”.

Anexar cópias:

- 1- Comprovante de renda;
- 2- Comprovante residência;
- 3- RG/CPF (CNH), inclusive cônjuges e certidão de casamento/nascimento.

Se houver dúvida quanto à declaração de pobreza, o Oficial Registrador ou o Tabelião **deverá** suscitar dúvida ao Juízo competente, no **prazo de 72 horas** a contar da apresentação do requerimento pelo interessado (art. 3º, § 1º, Ato Conj. 27/2013).

DATA RECEBIMENTO, VISTO E CARIMBO FUNCIONÁRIO